



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

NÁIRA MARIA GOMES BATISTA

**Raça e sexualidade: análise de artigos publicados na Revista  
*Temporalis* entre 2010 e 2022.**

Brasília – DF

2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

NÁIRA MARIA GOMES BATISTA

**Raça e sexualidade: análise de artigos publicados na Revista  
*Temporalis* entre 2010 e 2022.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professor Mestre Djonatan Kaic Ribeiro de Souza.

Brasília – DF

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**NÁIRA MARIA GOMES BATISTA**

**Raça e sexualidade: análise de artigos publicados na Revista  
*Temporalis* entre 2010 e 2022.**

Brasília, 26 de outubro de 2022

Banca Examinadora:

---

Prof. Me. Djonatan Kaic Ribeiro de Souza  
SER/UnB – Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Melina Sampaio de Ramos Barros  
Doutoranda em Política Social/UnB – Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Renata Priscila Oliveira Fonseca  
SER/UnB - Examinadora

Brasília – DF

2022

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e ao mestre Jesus Cristo pela luz de vida e amparo na trajetória percorrida, desde a aprovação no vestibular até a elaboração deste estudo foi o auxílio da espiritualidade que me conduziu diante das encruzilhadas.

Agradeço imensamente à pessoa de minha mãe, Francisca Gomes da Silva. Seu exemplo de fé, força e esperança são dignos de toda a minha admiração e respeito. A conclusão desta formação na Universidade de Brasília se deve ao incentivo e cuidado de dona Francisca, lhe honro!

Registro minha gratidão à minha companheira Juscicleide Araujo, por toda paciência, compreensão, cuidado e afeto dispensados durante os dias mais difíceis. Você mais do que ninguém acompanhou de perto toda batalha traçada durante os últimos anos que dividimos juntas, sem a tua colaboração nada disso seria possível.

A meu pai Francisco Batista, meus irmãos Nathan Lucas e Nágella Kelly, sou grata por todo apoio e vibrações positivas emanadas através de seus sorrisos e abraços. À minha sogra Marilene Araujo, meu enteado Renan Araujo, meus cunhados e sobrinhos, sou grata a cada um de vocês, o apoio mútuo e a coletividade foram fundamentais na transposição dos obstáculos diários.

Sou grata à Universidade de Brasília e a todo seu corpo docente, em especial, ao Departamento de Serviço Social e a cada um dos professores que me fizeram descobrir um novo mundo dentro e fora de mim. Agradeço aos amigues e colegas que dividiram aulas, happy hours, boas conversas, alegrias e frios na barriga durante as avaliações e seminários. Agradeço, especialmente, à Lídia Alencar, minha querida amiga, sem aquela conversa encorajadora na tua casa, eu provavelmente não teria ânimo para solicitar minha reintegração à UnB, desejo toda positividade na tua jornada, você é luz!

À Camila Ferreira que orientou parte deste Trabalho de Conclusão de Curso sou grata por toda colaboração. Agradeço, excepcionalmente, ao Kaic Ribeiro por todo acolhimento e direcionamento na produção deste estudo, as palavras são insuficientes para expressar minha gratidão, que sua caminhada seja de muito Axé!

*“Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você.”*

**AUDRE LORDE**

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu contribuir com a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social ao trazer para o centro do debate a relação interseccional entre raça e sexualidade como sistemas de exploração e dominação da classe trabalhadora no contexto da sociedade capitalista contemporânea. Com o objetivo de identificar como a discussão é realizada no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, realizou-se a análise do resumo de artigos científicos publicados na Revista Temporalis entre os anos de 2010 e 2021. Os resultados encontrados demonstram lacunas e silenciamentos no que tange a articulação das categorias raça e sexualidade como eixos inter-relacionados que estruturam as relações sociais. Diante desse panorama, aponta-se a interseccionalidade como ferramenta analítica que pode proporcionar avanços na formação crítica no âmbito do Serviço Social, bem como, na luta política e projeto de transformação societária que fazem parte do compromisso ético-político assumido pela categoria profissional.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade; Raça; Sexualidade; Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The present Course Conclusion Work intended to contribute to the production of knowledge within the scope of Social Work by bringing to the center of the debate the intersectional relationship between race and sexuality as systems of exploitation and domination of the working class in the context of contemporary capitalist society. In order to identify how the discussion is carried out in the context of the production of knowledge of the Brazilian Social Service, an analysis of the abstract of scientific articles published in the Revista Temporalis between the years 2010 and 2021 was carried out. The results found demonstrate gaps and silences with regard to the articulation of the categories race and sexuality as interrelated axes that structure social relations. In view of this panorama, intersectionality is pointed out as an analytical tool that can provide advances in critical training within the scope of Social Work, as well as in the political struggle and project of societal transformation that are part of the ethical-political commitment assumed by the professional category.

**Keywords:** Intersectionality; Race; Sexuality; Social Service.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

**Gráfico 1** – Descrição quantitativa dos artigos científicos publicados entre 2010 e 2022 na Revista Temporalis .....37

**Gráfico 2** - Proporção de artigos publicados por temática na Revista Temporalis .....39

**Tabela 1** - Quantidade de artigos por temática na Revista Temporalis entre os anos de 2010 e 2022 .....37



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1. O DEBATE DA INTERSECCIONALIDADE E SEUS FUNDAMENTOS MATERIAIS .....</b>	<b>14</b>
1.1 Raça e Racismo.....	17
1.2. Racismo? No Brasil? Isso é coisa de americano!.....	19
1.3. Patriarcado e Racismo Patriarcal Heteronormativo.....	21
<b>CAPÍTULO 2. SERVIÇO SOCIAL, SEXUALIDADE E RAÇA: IMPORTÂNCIA TEÓRICA-POLÍTICA .....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 3. – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>34</b>
3.1 – Percurso Metodológico .....	34
3.2 – Análise e discussão dos resultados .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Os caminhos trilhados para elaboração deste trabalho são atravessados por avanços e retrocessos, o contexto em que o estudo foi inicialmente planejado era de ascensão da pandemia do novo coronavírus, período marcado por uma situação de calamidade pública, crise sanitária, econômica e conseqüentemente, agudização da desigualdade social.

Em um primeiro momento, foi decidido que o tema do estudo teria relação com as incidências da pandemia na experiência acadêmica de estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, outras orientações sexuais, identidades ou expressões de gênero (LGBTQIA+), e negros da Universidade de Brasília (UnB). Porém, em virtude da complexidade inerente ao levantamento de dados para esta temática (realização de entrevistas semiestruturadas, modelo de pesquisa que exige aprovação do Comitê de Ética), somada ao curto período de duração do semestre, houve ajuste do tema e metodologia de pesquisa.

As inquietações e impulsos para a efetivação da pesquisa tem origem na experiência pessoal da pesquisadora como mulher, negra, lésbica, trabalhadora, moradora de periferia e primeira de seu núcleo familiar a ter acesso ao ensino superior público. Esse conjunto de aspectos são fundamentais para a percepção de mundo e interação da discente com a coletividade.

O racismo e a LGBTQIA+fobia já estavam presentes no cotidiano da pesquisadora antes dela acessar o ensino superior público, as violências e violações de direitos ainda que não fossem analisadas com base em teorias críticas, se fundamentavam em valores morais e preconceituosos que por vezes corroboravam para o sofrimento psicológico e adoecimento, tal situação é comum na experiência social de adolescentes e jovens LGBTQIA+ negros com orientação sexual ou identidade de gênero dissidentes. A leitura da realidade social acostada em ideias conservadoras e moralizantes determina à comunidade LGBTQIA+ negra um lugar de desajuste e anormalidade, de maneira a demarcar que a orientação sexual e identidade de gênero dissidentes são inferiores ao padrão cisheterossexista branco estabelecido na sociedade capitalista.

O acesso à universidade pública foi um processo divisor de águas em muitos sentidos na experiência social da discente, o contexto sócio-histórico de marginalização e criminalização de corpos negros ao disseminar no imaginário social

que a intelectualidade é um predicado restrito aos brancos, determina que negros e negras devem permanecer na condição de força de trabalho braçal precarizada, em atividades informais, insalubres entre outras. A compreensão da realidade social calcada na teoria marxista e nas expressões da Questão Social<sup>1</sup> permitem desmistificar o caráter estrutural das violências, preconceitos, estigmas e violações de direitos que muitas vezes são mascarados nas relações sociais do cotidiano.

Nessa direção de pensamento, é fundamental destacar a necessidade dos currículos de formação em Serviço Social abordarem as temáticas de raça e sexualidade, pois é a partir das elucidações e textos apresentados na disciplina Gênero, Raça/Etnia e Política Social, matéria ministrada pelas mestrandas Luiza Carvalho e Jéssica Lima, que a discente aprofundou suas reflexões sobre as temáticas em comento. A aproximação com os textos e livros de autores(as) como Frantz Fanon, Bell Hooks, Silvio Almeida, Ana Flauzina, Sueli Carneiro, Lelia Gonzales, Clóvis Moura, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Conceição Evaristo e tantos outros (as) intelectuais negros (as), foram centrais para a compreensão das raízes e processos históricos que marcam o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira.

Esse conjunto de aspectos estimularam de forma substancial a proposição deste estudo, pois se compreende que as demandas sociais apresentadas pelos(as) usuários(as) das políticas públicas durante os atendimentos realizados pelas assistentes sociais não se delimitam a análise do perfil socioeconômico, tais mediações exigem o aprofundamento e reconhecimento de particularidades como a articulação entre o racismo e LGBTQIA+fobia, como fatores que diferenciam a experiência social de indivíduos e grupos.

Problematizar a articulação entre raça e sexualidade tem grande relevância social, sobretudo, ao considerar os altos índices de violência letal que incidem sobre a vida de mulheres transexuais e travestis negras, segundo o dossiê de Assassinatos

---

<sup>1</sup> Com relação ao conceito de Questão Social, optamos pelas reflexões teórico-conceituais mais recentes que se ancoram nas Diretrizes Curriculares vigentes. Nesse aspecto, [...] a questão social objeto do Serviço Social tem especial relação com as desigualdades sociais produzidas na sociedade capitalista a partir da era moderna. Nessa relação identificam-se: i) acento nas desigualdades sociais como determinante de diferentes aspectos de si própria, sob novas formas, em um modo de produção caracterizado pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e intenção de particularizar o escopo da questão social no que ele tem de essencial; ii) delimitação da sociedade capitalista da era moderna como lócus dessa desigualdade, caracterizada pela presença de movimentos e contramovimentos sociopolíticos associados à maneira como a riqueza social se produz e se distribui entre classes sociais antagônicas. Portanto, dessas observações infere-se que a questão social tem a ver com desigualdades sociais antagonizadas e não coisificadas. (PEREIRA, 2021, p.35)

e violências contra travestis e transexuais brasileiras divulgado no ano corrente, o quantitativo de assassinatos ocorridos entre 2017 e 2021 demonstram que “a média de pessoas trans negras assassinadas é de 80,6%, ao passo que, para pessoas brancas, esse índice cai para 19,2%” (ANTRA, 2022, p.51).

É necessário ressaltar que o Código de Ética da/o Assistente Social (1993), preconiza um agir profissional sustentado numa visão crítica que deve acompanhar as transformações sociais e as demandas emergentes das relações sociais. Sem desviar de tais princípios fundamentais, o objetivo geral deste estudo é analisar se a interseccionalidade entre raça e sexualidade tem sido incorporada na produção científica do Serviço Social, especificamente, nos artigos científicos publicados na Revista *Temporalis* a partir de 2010 até 2022. A Revista *Temporalis* é considerada um veículo de comunicação central no domínio do Serviço Social, uma vez que se trata de revista editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), tal aspecto foi determinante na escolha desta revista para investigação.

O presente estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, realizamos uma aproximação com o conceito de Interseccionalidade, seus fundamentos materiais e a interseccionalidade entre raça e sexualidade. Ainda neste capítulo inicial, apresentamos os conceitos de raça, racismo estrutural, mito da democracia racial e racismo patriarcal heteronormativo. O segundo capítulo apresenta um panorama sócio-histórico de como as categorias raça e sexualidade vem sendo incorporadas no escopo de discussão do Serviço Social Brasileiro, a partir das transformações que ocorrem no interior da profissão com o Movimento de Reconceituação e constituição de um projeto societário e ético-político que tem a liberdade como valor ético central. No terceiro capítulo, apresentamos o percurso metodológico realizado para levantamento dos dados e os principais resultados alcançados a partir da leitura dos resumos dos artigos científicos publicados na Revista *Temporalis* entre os anos de 2010 até 2022.

Em consonância com as análises realizadas, situaremos os desafios e silenciamentos relacionados à incorporação da interseccionalidade entre raça e sexualidade no escopo da produção de conhecimento no domínio do Serviço Social, indicando a urgência no aprofundamento deste debate na agenda profissional. Não obstante, sugerimos a apreensão da Interseccionalidade como ferramenta analítica que pode contribuir no adensamento da discussão e formação crítica profissional.

A pesquisa pretende responder a seguinte questão: as produções científicas no âmbito do Serviço Social têm considerado a interseccionalidade entre as categorias raça e sexualidade? A hipótese suscitada é a de que o debate sobre a intersecção entre raça e sexualidade é ausente ou escasso no campo de produção científica, situação que exige problematização e aprofundamento, uma vez que as relações sociais que se constituem na atualidade são atravessadas pelo racismo e LGBTQIA+fobia de maneira inter-relacionada.

Esta pesquisa documental exploratória de caráter qualitativo, analisou o resumo dos artigos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2022 na Revista *Temporalis*. Para realizar a consulta dos artigos, inserimos as seguintes palavras-chaves no campo de busca do site: raça, racismo, LGBT, sexualidade, diversidade sexual, raça e sexualidade e interseccionalidade. A busca realizada com o lançamento das palavras-chaves retornou o total de 45 (quarenta e cinco) artigos científicos, divididos da seguinte maneira: 14 referentes a raça, 13 relacionados com racismo, 4 referentes a temática LGBT, 7 para a temática sexualidade, 5 artigos para a temática diversidade sexual, 2 artigos relacionados a temática raça e sexualidade, por fim, ao inserir a palavra interseccionalidade a busca não retornou resultados.

Após relacionar o total de artigos encontrados em instrumental (tabela em formato excel) e retirar os valores duplicados, foram listados o total de 31 artigos científicos. O instrumental desenvolvido foi dividido em colunas que apresentavam o título do artigo científico, nome de autor(a), data de publicação e número da edição da revista.

Ao separar os artigos científicos por temáticas, identificamos que 22 artigos se referem às temáticas raça e racismo, 8 artigos estão relacionados a temática LGBT, diversidade sexual e sexualidade e somente 1 produção discute a temática raça e sexualidade. Com a leitura dos resumos dos artigos científicos selecionados notamos que diferentes temas são trabalhados de maneira interseccional, as produções discutem relações sociais de gênero e racismo, luta antimanicomial e racismo, gênero, raça e classe no âmbito do encarceramento, atuação do Serviço Social com a população LGBT, homossexualidades e envelhecimento, população LGBT políticas públicas e direitos humanos, entre outros.

A diversidade e intersecção entre diferentes temáticas demonstra avanços nos debates que tem se estruturado no interior da categoria profissional, no entanto, com relação a interseccionalidade entre raça e sexualidade a discussão ainda carece de

aprofundamento, pois apenas um único artigo científico entre os trinta e um selecionados trabalha esta intersecção.

Diante de um contexto social que envolve o recrudescimento do conservadorismo e que ameaça os direitos sociais até então conquistados pela comunidade LGBTQIA+ negra, se faz urgente o adensamento desta discussão no escopo do Serviço Social. Não obstante, propõe-se a interseccionalidade como ferramenta analítica que pode contribuir com a superação deste percalço que se constitui em um desafio para a formação teórica crítica e política.

## **CAPÍTULO 1. O DEBATE DA INTERSECCIONALIDADE E SEUS FUNDAMENTOS MATERIAIS**

Interseccionalidade<sup>2</sup> é um termo desenvolvido pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. O conceito surgiu da necessidade de dar visibilidade à situação de exclusão vivenciada por mulheres negras no acesso a vagas de emprego junto a uma instituição privada. Crenshaw é uma intelectual negra que se detém aos estudos da teoria crítica de raça e a inserção da interseccionalidade no espaço acadêmico se dá a partir de suas formulações. Segundo a autora a interseccionalidade pode ser conceituada como

[...] uma associação de sistemas múltiplos de subordinação, sendo descrita de várias formas como discriminação composta, cargas múltiplas, como dupla ou tripla discriminação, que concentra problemas e busca capturar as consequências estruturais de dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (GOES, 2019, p.1)

Antes de tecer algumas considerações fundamentais sobre o contexto de surgimento da interseccionalidade e sua práxis crítica, é necessário enunciar que o objetivo deste estudo não é o de delimitar o que é a interseccionalidade numa perspectiva estanque, isto por si só, restringe a potencialidade que este dispositivo heurístico possui.

A crítica realizada pela interseccionalidade tem como fonte o feminismo negro que denuncia a invisibilidade das mulheres negras no movimento feminista hegemônico e no movimento negro, essa dupla exclusão (por raça e gênero), confere uma experiência social distinta às mulheres negras, pois o atendimento de suas demandas deve considerar a intersecção presente entre esses dois eixos de discriminação ou dominação.

O universo de discussões acerca do que é a interseccionalidade e seus possíveis usos tem se expandido na produção acadêmica a partir da segunda metade dos anos 2000, Patricia Hill Collins nos aproxima da seguinte conceituação do termo:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta

---

<sup>2</sup> Existem muitas críticas a respeito do conceito de Interseccionalidade, a exemplo do excesso de identitarismo e secundarização de outras categorias como a classe social. Mas não cabe a este trabalho pormenorizá-las ou discorrê-las em função do seu objetivo.

analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, 2021, p.16)

A formulação acima indica que as relações de poder são interseccionais e afetam diretamente as relações sociais desenvolvidas em diferentes sociedades. Estas, por sua vez, são marcadas por contextos históricos, políticos, econômicos e culturais heterogêneos. Nessa direção, a interseccionalidade admite que a pesquisa seja realizada com ênfase em diferentes eixos de dominação/exploração que se mostram mais salientes a depender do contexto social, econômico, político, cultural e entre outros.

No livro intitulado “Interseccionalidade”, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), apresentam diversos exemplos que evidenciam formas plurais para utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica. As autoras elencam seis ideias centrais associadas ao termo, quais sejam: desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade.

Cada uma dessas categorias expressa uma dimensão da interseccionalidade e denota a significativa amplitude que sua utilização detém. No caso desta pesquisa, o contexto social selecionado é o de produção de conhecimento científico no campo do Serviço Social brasileiro, especialmente, no que se refere a interseccionalidade entre as relações sociais de raça e sexualidade.

Sobre o uso da interseccionalidade, suscitamos a perspectiva da interseccionalidade sistêmica que

[...] ao invés de ater-se a contextos específicos, as desigualdades são pensadas em múltiplos níveis (estrutural e interpessoal) e em relação às instituições [...] quando se emprega tal estratégia, os eixos são vistos como continuamente em interação, o que desfavorece a noção de que um processo particular constitua o principal fator gerador de desigualdades [...]. (PEREIRA, 2021, p. 451)

O Brasil é um país de dimensões continentais que carrega marcas profundas de uma colonização violenta e usurpadora. Os resquícios desse processo atravessam o período moderno e se colocam na atualidade com uma nova roupagem, o racismo e a LGBTQIA+fobia expressam em grande medida a reprodução de hierarquias e padrões de dominação que enunciam que ser negro e LGBTQIA+ é estar suscetível a preconceitos e opressões que vulnerabilizam o acesso a direitos sociais.



Assim como as mulheres negras se sentiam excluídas no movimento feminista hegemônico e movimento negro, as demandas sociais advindas da população negra LGBTQIA+ muitas vezes são negligenciadas ou invisibilizadas em espaços de militância negra e LGBTQIA+, como exemplo de tal condição, podemos considerar que as violências direcionadas ao corpo e subjetividades de mulheres trans e travestis negras são fundamentalmente distintas das discriminações sofridas por homens gays brancos de classe média ou alta.

As experiências sociais não podem ser universalizadas e é por isso que a interseccionalidade como conceito e ferramenta analítica se torna relevante no âmbito de atuação do Serviço Social, principalmente no que tange ao compromisso ético político assumido pela categoria profissional no enfrentamento às mais diversas formas de preconceito e incentivo à inclusão de grupos socialmente marginalizados. Vejamos o que aponta Collins quanto ao uso desta ferramenta analítica:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. (COLLINS, 2021, p. 35)

A justiça social e o enfrentamento às desigualdades sociais são premissas fundantes da interseccionalidade como práxis críticas, a construção do conceito parte da realidade concreta de mulheres negras que vivenciam o racismo e o sexismo de maneira inter-relacionada e simultânea. O enfrentamento e resistência dessas mulheres apresentam a dimensão política do termo, a interseccionalidade é um conceito desenvolvido para trazer ao centro do debate grupos e pessoas historicamente marginalizadas e inferiorizadas.

Ademais, cabe assinalar que a definição deste conceito como ferramenta analítica tem relação não só com a disputa epistêmica, mas com a dominação eurocêntrica que tenta suprimir o pensamento intelectual de mulheres negras, mas sobretudo, em função de sua dimensão política que r(existe) na luta coletiva em busca de melhores condições de vida para todas as populações historicamente negligenciadas e violentadas. Aqui faz-se valer o pensamento de Akotirene (2019, p.65) ao afirmar que “a interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica,

proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora.”

## 1.1 Raça e Racismo

Para compreendermos em que consiste o racismo estrutural, antes temos que discutir acerca do termo “raça” que segundo Almeida (2018) não se trata de

[...] um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional* e *histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA; 2018, p. 18)

Conforme explica Silvio Almeida (2018), embora não haja consenso acerca da origem do termo raça, seu significado está associado à classificação, inicialmente de animais e plantas. Mais tarde, ainda segundo o autor, a partir das transformações sociais sucedidas nos séculos XVI, XVII e XVIII, a raça passou a classificar os seres humanos com ênfase em suas diferenças fenotípicas e culturais.

É necessário elucidar que as transformações sociais ocorridas nos períodos históricos mencionados não aconteceram de maneira ordenada e linear, uma vez que a realidade concreta não se constitui dessa forma. Mas, entende-se que a conjunção desses acontecimentos, ou seja, a expansão mercantilista, a emergência da filosofia moderna e o projeto Iluminista, é a base que fundamenta o novo significado que a raça passou a determinar.

Os estudos da filosofia moderna propõem que o homem é sujeito e objeto do conhecimento. Nessa direção, o projeto Iluminista foi fundado com a intenção de compreender o homem em suas diferentes dimensões, biologicamente por constituir-se ser vivo, economicamente, pelo viés do trabalho, a partir da psicologia pelo ato de pensar e a linguagem que se traduz pela fala.

Segundo Almeida (2018), o projeto iluminista tem grande relevância, uma vez que funda as bases filosóficas para as revoluções liberais, além de constituir

as ferramentas que tornariam possível a *comparação* e, posteriormente, a *classificação*, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado* e *selvagem*, que no século seguinte daria lugar para o dístico *civilizado* e *primitivo*. (ALMEIDA; 2018, p. 19)

É nesse contexto de ascensão do homem europeu civilizado que a raça se constitui como principal ferramenta de distinção entre os povos, sobretudo, quando se inicia a expansão mercantil que permite a invasão do novo mundo (América). Na qualidade de componente ideológico, a raça se constituiu como fator determinante para o domínio e a exploração de povos que foram decretados como biologicamente inferiores e geograficamente propensos à imoralidade, considerados primitivos, nos referimos aos povos indígenas, que já habitavam o Brasil, e aos africanos, que foram sequestrados de África para servirem de mão-de-obra no sistema produtivo escravagista.

De acordo com Almeida (2018), é com a revolução Haitiana que fica evidente que a liberdade e igualdade fundada no Iluminismo não era de fato uma premissa universal, a conquista da independência haitiana em 1804 deixou a França numa posição desfavorável no cenário mundial e impulsionou diversas medidas por parte deste país para impedir o desenvolvimento da ilha caribenha.

É com a sucessão destes acontecimentos históricos que o significado de raça emerge, o parâmetro de universalidade da razão gerou uma destruição sem igual das populações das Américas, África, Ásia e Oceania, a colonização e escravidão foram as ferramentas tecnológicas que propiciaram o enriquecimento desenfreado da Europa Ocidental.

A partir da compreensão do conceito de raça, temos condições de identificar o significado de racismo que nas palavras de Silvio Almeida (2018), se constitui como

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam. (ALMEIDA; 2018, p.22)

O autor apresenta o conceito de racismo a partir de três concepções: racismo individualista, racismo institucional e racismo estrutural. O racismo individualista é a prática preconceituosa ou discriminatória direta que é mais comum de observar no cotidiano, é aquela ação de um indivíduo ou grupo de caráter antiético ou patológico que pode ser punida a partir de sanções normativas.

O racismo institucional se caracteriza pela reprodução de desigualdades raciais no âmbito das instituições, segundo a explicação do autor, as instituições são

atravessadas por relações de poder antagônicas e conflitos emergentes das relações sociais, e na medida em que a instituição *absorve* ou *naturaliza* tais conflitos, ela acaba por reproduzir o racismo de maneira direta ou indireta

[...] a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA; 2018, p. 27)

Acrescenta-se que da mesma forma que o racismo pode ser reproduzido nas instituições públicas e privadas, ele também pode ser enfrentado a partir da adoção de ações afirmativas. Como exemplo disto, temos a Lei de Cotas nº12.711/2012 que dispõe sobre a reserva de vagas nas universidades públicas e instituições federais de ensino técnico para pessoas pretas, pardas e indígenas, disposição normativa estatal que amplia o acesso à educação.

Compreendido o racismo individual e institucional, partimos para a concepção de racismo estrutural que segundo Almeida (2018, p.33) decorre “da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares”. O racismo é estrutural pois se constitui como componente orgânico da ordem social e da própria socialização entre os indivíduos, é por esse motivo que tal fenômeno não se restringe a uma ação individual, tampouco, ao modo de funcionamento das instituições, está entrelaçado e enraizado às relações sociais.

## 1.2. Racismo? No Brasil? Isso é coisa de americano!

A frase destacada no título deste subcapítulo foi retirada de um trabalho intelectual escrito pela filósofa e antropóloga Lélia Gonzales em 1980, a discussão que a autora realiza no texto “*Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*”, chama atenção para a chamada neurose cultural brasileira, que pode ser identificada como uma forma de mascarar a realidade social vivenciada pela população negra, em especial, pela mulher negra, ora lida como glamurosa nos sambódromos carnavalescos e outrora vista como a empregada doméstica periférica.

Lélia nos faz uma provocação quando diz que no Brasil essa coisa de racismo não existe, seria coisa de americano, mas o que de fato significa isto? A autora se refere ao mito da democracia racial, que segundo Abdias do Nascimento (1978), se

trata de um processo de mascarar o racismo originado da brutal colonização de negros africanos e indígenas em solo brasileiro.

Nascimento (1978), esclarece que o mito da democracia racial tem suas bases sedimentadas antes mesmo da assinatura da Lei Áurea em 1888, a colonização portuguesa foi apresentada ao mundo como uma ação benevolente e humanizada, fato que escondia seu caráter espoliador e violento:

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou de fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adorou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade (NASCIMENTO; 1978, p.50).

O papel da igreja católica foi central na disseminação de distorções sobre a população africana, as brutalidades e torturas eram consentidas pelos missionários jesuítas que chegavam a pregar aos negros, vistos como infiéis, que sua condição de subserviência era comparada ao papel de Cristo que morreu para salvar a todos os cristãos (NASCIMENTO, 1978). Como pode ser observado na seguinte pregação da época:

Deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios, e vos ter trazido a esta, onde, instruídos na fé, vivais como cristãos e vos salvei (PADRE ANTÔNIO VIEIRA, apud, NASCIMENTO;1978, p.50).

A exploração sexual da mulher africana e indígena foi outro ponto alto que se propagou como uma relação afetiva intitulada de “intercasamento”, a miscigenação entre os povos foi um dos principais argumentos utilizados para justificar que a interação entre as diferentes raças acontecia no Brasil de maneira cordial e harmoniosa

A firme convicção de que as relações de raça no Brasil são de qualidade superior, quando comparadas àquelas dos Estados Unidos, frequentemente se apoia nessa suposta teoria de saudável interação sexual. A assunção brasileira é que na América do Norte, os brancos não se cruzaram com os negros, ambas raças permanecendo puras em sua composição biológica. Este raciocínio pode e deve ser considerado simplesmente como outro fruto da ignorância e/ou malícia dos nossos teóricos da miscigenação, que deificam aquele processo como um valor exclusivo da experiência brasileira (NASCIMENTO; 1978, p. 64)

O mito do africano livre e o branqueamento da raça são outros dois aspectos citados na obra de Abdias do Nascimento que merecem destaque na idealização do mito da democracia racial. Quando a Lei Áurea foi assinada em 1888 a libertação do povo negro significou muito mais o que Abdias chama de “legalização do assassinato

coletivo”. O negro estava “livre”, no entanto, sem nenhum apoio estatal, sem qualquer indenização de seu antigo senhor e sem a benevolência da igreja católica.

A população negra foi deixada à própria sorte, a cidadania advinda da Lei Áurea não reservou uma política de integração social, econômica e cultural para os ex-escravizados, seus antigos senhores, o Estado e muito menos a igreja dispuseram de recursos para auxiliar esta população que era vista como um problema social também chamado de “mancha negra”. A presença do mulato e mulata significavam a possibilidade inicial de branquear a raça negra, que deveria ser superada de qualquer modo devido a sua inferioridade

E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil [...] O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. (NASCIMENTO; 1978, p. 69)

No âmbito político, as leis de imigração do pós-abolição são mais um incremento da dinâmica de branqueamento da população, era preciso impedir de quaisquer formas o crescimento da raça negra no Brasil, já que esta era vista como feia e geneticamente inferior. O Estado teve papel crucial na deliberação de legislações que flexibilizavam a entrada de imigrantes brancos, a fim de tornar a nação brasileira mais próxima da ascendência europeia.

A crítica de Abdias do Nascimento é justamente de que não existiu e nem existe uma relação horizontal entre as raças no Brasil, mesmo após a assinatura da Lei Áurea, as condições de subserviência e inferioridade permaneceram vivas na realidade da população negra e indígena, todo este processo de mito da democracia racial serviu para mascarar o genocídio da população negra.

### 1.3. Patriarcado e Racismo Patriarcal Heteronormativo

O patriarcado pode ser entendido como a dominação e submissão das mulheres aos homens. Porém, de acordo com Saffioti (1987, p.16), o patriarcado não se delimita em um sistema de dominação dos homens sob as mulheres, “a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial”.

A conceituação de patriarcado é pré-capitalista, autores clássicos como Max Weber, Jean Jacques Rousseau, John Locke, entre outros, já discutiam sobre a figura do rei monarquista e acerca do pai de família que chefiava sua prole:

Com o desenvolvimento político e a ampliação dos territórios, o patriarcado se torna mais complexo. Assim, o conceito também é aplicado para se referenciar aos regimes mais complexos em que o poder monárquico é associado ao poder patriarcal, associando o poder de monarcas absolutistas sobre seus súditos em uma analogia do poder real ao poder do pai sobre seus filhos (AGUIAR, apud AZEVEDO, 2017, p.13)

Ao longo dos anos o conceito ganhou diferentes definições. Para a concepção liberal contratualista o termo patriarcado deveria cair em desuso, pois o que passa a regular as relações entre os homens na modernidade é o contrato social, fator que torna cada indivíduo livre e responsável por suas decisões, extinguindo-se a ideia de dominação paternal anteriormente desenvolvida.

Para Pateman (1993), os teóricos clássicos enfatizam apenas uma dimensão da história do contrato social excluindo sua outra metade que propõe sobre o contrato sexual. É justamente sobre a história não contada que a autora se debruça. Nesse caminho interpretativo ela define que a nova sociabilidade política do mundo moderno tem como pressuposto a manutenção das relações patriarcais e a sujeição das mulheres. Sob essa ótica de reflexão, o surgimento da sociedade civil propõe a existência de duas esferas sociais distintas que são inseparáveis: a esfera pública e a esfera privada. A esfera pública tem maior relevância para os teóricos clássicos, já que diz respeito às normas e legislações que dão conta do contrato social. Os homens brancos assumem a esfera pública e passam a ocupar majoritariamente as posições de domínio político.

O contratualismo, embora pregasse liberdade de escolha, direito à propriedade e manifestação da vontade política, nenhum desses princípios se aplicavam às mulheres. A esfera privada é a reservada às mulheres, os cuidados domésticos e dos filhos passam a ser sua atribuição central, na concepção clássica, a disposição de papéis sociais tem relação com a construção social dos sexos, em consequência, a maternidade passa a ser a principal atribuição das mulheres. O feminismo do século XIX tinha como objetivo romper com a restrição das mulheres à esfera privada.

É imprescindível registrar que mesmo no movimento feminista existem diferenciações, as mulheres negras e indígenas sofreram com mais incidência as desigualdades oriundas das relações patriarcais, já que a colonização as reduziu a

condição de total desumanidade, estas mulheres eram mercadorias comercializadas, assim como seus filhos.

Angela Davis (2016), destaca em um trecho de seu livro *Mulheres, Raça e Classe* que:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p. 25)

Conforme aponta a autora, a condição da mulher negra escravizada na região da Carolina do Sul dos Estados Unidos era de subserviência, mas não se tratava simplesmente de lucrar a partir do trabalho desenvolvido na lavoura, a reprodução da força de trabalho também interessava ao homem branco, pois quanto mais escravos disponíveis, maior lucratividade. Neste ponto, Davis (2016) refere que o estupro das mulheres negras escravizadas era uma ferramenta de dominação e repressão, a finalidade era destruir quaisquer estratégias de resistência e desmoralizar seus companheiros negros.

É por este e tantos outros motivos que não podemos generalizar a experiência de mulheres brancas e negras, quando o movimento feminista hegemônico questionava sua submissão ao cuidado do lar, mulheres negras desempenhavam as mesmas funções que homens negros nas lavouras, ferrovias e inclusive nas atividades domésticas na casa das “sinhazinhas”.

Segundo Cisne (2015), a tradição marxista destaca que “com o surgimento da propriedade privada a subordinação feminina ganha uma base estruturante”, ou seja, o modo de produção capitalista se apropriou das relações patriarcais, pois o controle dos bens e da riqueza depende sobretudo do controle do corpo das mulheres:

O controle sobre o corpo e a vida das mulheres, a dominação, a apropriação, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu sobre a mulher veio atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança. (CISNE, 2015, p. 63)

O controle dos corpos negros é um outro elemento fundamental para a manutenção do patriarcado e das bases fundantes do capitalismo. A escravidão



relegou às mulheres e homens negros um lugar de objetificação que os desumanizava, considerando-os animais irracionais e, portanto, naturalmente condicionados ao trabalho braçal sem quaisquer chances de ascender ou superar a condição de escravos, fator que reforçava a manutenção da propriedade privada entre homens brancos heterossexuais.

De acordo com Azevedo (2017), o patriarcado deve ser compreendido como um sistema composto por estruturas dinâmicas que se transformam com o passar do tempo, sendo imprescindível considerar a relação da raça/etnia e da classe, imbrincadas com outras dimensões como o Estado, trabalho remunerado e não remunerado, a sexualidade e outras áreas da vida cotidiana.

Ao refletir sobre as relações históricas de gênero, raça e sexualidade no Brasil, identifica-se que a hipersexualização de corpos negros associada ao mito da democracia racial funcionou como mola propulsora para a disseminação de estereótipos e estigmas que atuam para justificar a violência sexual impetrada contra seus corpos, especialmente o de mulheres negras.

A criação de estereótipos que condicionou às mulheres e homens não brancos o lugar do exótico, corpo sem mente, insaciável sexualmente, promíscuo e selvagem é parte deste construto histórico que tinha como interesse a dominação da população negra. Na atualidade ainda encontramos a reprodução dessas ideias no imaginário social, Lélia Gonzales (1980), nos chama a atenção para a figura da mulata, rainha carnavalesca que é desejada pelo homem branco europeu e desfila nas avenidas esbanjando toda sua sensualidade “à brasileira”. Quem nunca ouviu que mulher preta é para “fuder” e mulher é branca é para casar?

Fora das avenidas carnavalescas a mulher negra retoma sua condição inferiorizada de mãe preta responsável pelo cuidado dos filhos da mulher branca, ou ainda, volta para sua rotina de empregada doméstica em que não pode acessar o elevador social, pois seu lugar é o elevador de serviço. No caso do homem negro, sua representação social é reduzida a sua capacidade sexual, esta por sua vez, é naturalmente associada ao tamanho de seu pênis. Sobre isto, Souza (2009, p. 100) nos esclarece que

Como nos lembra Fanon (1983), no imaginário ocidental, um homem negro não é um homem, antes ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem sexo, um sexo que desde muito cedo foi descrito no Brasil com atributo que o emasculava ao mesmo tempo em que o assemelhava a um animal em contraste com o homem branco. Este imaginário é perceptível no modo como

a masculinidade é representada na literatura, cinema, telenovelas, jornais, revistas e propagandas, inclusive nos oficiais.

Além desta representação do homem negro como objeto sexual, outros estereótipos são forjados colocando-o como perigoso, violento, ladrão e tantos outros predicados que incentivam o controle e extermínio de seu corpo. O encarceramento e o extermínio de jovens negros na contemporaneidade reafirmam que essa condição de controle dos corpos negros permanece viva em nosso cotidiano. Segundo o Atlas da Violência de 2021

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. (ATLAS, 2021, p.49)

Em contrapartida, a masculinidade branca é vista como a ideal, a hegemonia do homem branco heterossexual segundo Souza (2009), é fortalecida na medida em que se desqualifica outros homens considerados subalternos, neste caso, o autor considera negros, homossexuais e pobres, como exemplos de uma masculinidade subalterna. Ao aprofundar a reflexão sobre masculinidades subalternas podemos acrescentar a inferioridade atribuída aos homens transexuais que dentro dessa lógica de subalternização sequer são considerados “homens de verdade”.

Tais explanações são imprescindíveis para apreendermos que o patriarcado conceituado a partir da concepção clássica não atende às especificidades da formação sócio-histórica brasileira constituída estruturalmente pelas relações sociais de subordinação racistas e cisheterossexistas. É por esse motivo que apontamos o conceito de racismo patriarcal heteronormativo, na qualidade de definição que nos aproxima um pouco mais da realidade brasileira, vejamos como este é definido por Werneck e Silva

É um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero. (WERNECK; SILVA, 2016, p.11)

O dossiê em que a citação acima foi retirada tem como título “A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil – Violências e Violações”, o documento destaca que segundo informações levantadas por organizações não governamentais, os assassinatos de mulheres transexuais se concentram majoritariamente em corpos racializados. Diferente de outras abordagens que limitam a análise das violências direcionadas a corpos LGBTQIA+ cisgêneros, na perspectiva suscitada no documento destaca-se a dimensão racial e a violência direcionada a lésbicas, travestis e transexuais.

Nesse sentido, situa-se a importância do pensamento de feministas negras como Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Luiza Bairros e outras intelectuais brasileiras que ao destacar sobre a necessidade de enegrecer o feminismo, ampliaram os horizontes de análise crítica sobre a relação do racismo e sexismo na sociedade brasileira que se pauta em valores patriarcais. Não obstante, e considerando como a matriz de opressões racista patriarcal heteronormativa opera no contexto brasileiro, situamos a interseccionalidade como ferramenta analítica que amplia as possibilidades de enegrecimento do movimento LGBTQIA+, ao passo que traz ao centro da discussão corpos historicamente determinados como abjetos, animalizados e bestializados, marcados pela ausência de afetos, objetificados e erotizados para satisfação dos prazeres de gente branca.

## **CAPÍTULO 2. SERVIÇO SOCIAL, SEXUALIDADE E RAÇA: IMPORTÂNCIA TEÓRICA-POLÍTICA**

Compreender a questão racial e de sexualidade não é uma tarefa simples quando se considera analisar essas categorias como fenômenos sociais isolados, desafio ainda maior é organizar uma reflexão crítica que considere a articulação indissociável entre estes sistemas de dominação-exploração como estruturas que aprofundam as desigualdades sociais no contexto da sociedade capitalista.

É fundamental argumentar que a experiência social de pessoas negras LGBTQIA+ demonstra que a interseccionalidade entre racismo e LGBTQIA+fobia se ajustam muito bem ao cotidiano das relações sociais. Homens negros homossexuais que moram na periferia não deixam de ser alvos das ações truculentas da polícia em virtude de sua orientação sexual. Pelo contrário, qualquer demonstração de feminilidade durante uma abordagem policial, tende a ocasionar constrangimento e violência, dado o contexto machista e cisheterossexista que funda as bases da sociabilidade brasileira.

Assim como o racismo estrutural, a LGBTQIA+fobia não se resume a ações preconceituosas ou discriminatórias de indivíduos isolados, na verdade, se trata de uma “ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual.” (PEIXOTO, 2018, p.1). Conseqüentemente, embora reconheçamos a necessidade e importância da criminalização do racismo e da LGBTQIA+fobia, a implementação de sanções punitivas não resolve a questão central que estrutura esses sistemas de dominação e exploração de corpos e de sexualidades.

O interesse aqui não é o de separar as pessoas LGBTQIA+ negras em nichos. Pelo contrário, abordar diferentes identidades e perspectivas é uma forma de conseguir tratar a pluralidade humana e reconhecer as diferentes formas de ser e existir no contexto das relações sociais. Os eixos aqui compreendidos articulam raça e sexualidade, porém, ao considerar a ferramenta analítica interseccionalidade é possível trabalhar diferentes categorias, tais como: pessoas LGBTQIA+ com deficiência e sua condição de classe, mulheres transexuais e travestis e o acesso e permanência na educação superior, mulheres lésbicas racializadas e o acesso à saúde ginecológica, entre tantas outras articulações que compreendem diferentes intersecções.

Pensar a cidadania de pessoas LGBTQIA+ negras, no interior de uma formação e trabalho profissional em Serviço Social, sugere problematizar como o Estado tem garantido o acesso aos direitos e as políticas sociais a esta população, visto que as(os) assistentes sociais tem como competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, tal como está expresso no Código de Ética do/a Assistente Social (1993, p.44). É fundamental refletir como o debate teórico político sobre estes temas tem se incorporado no interior da profissão.

O Serviço Social é uma profissão que tem uma trajetória histórica cercada de contradições, avanços e recuos, afinal de contas, se trata de uma categoria profissional que está inserida na dinâmica das relações sociais constituídas no modo de produção capitalista. No Brasil, o conservadorismo marca a gênese da profissão na década de 1930 e pauta por muito tempo a formação e intervenção prática de assistentes sociais junto à questão social.

O Serviço Social é uma profissão que historicamente se constituiu sob bases conservadoras. Estas, nunca deixaram de permear a formação e o exercício profissional apesar dos avanços feitos pela categoria, não sendo também, o conservadorismo, uma exclusividade desta profissão, mas própria da dinâmica de reprodução do capital. (MOREIRA; OLIVEIRA, 2019, p.151)

Na década de 1980 quando os movimentos sociais, culturais e sindicais adensam a luta política pela redemocratização do país, diferentes grupos como o movimento negro, LGBTQIA+ e de mulheres apresentam suas pautas e demandas sociais que historicamente eram invisibilizados, situação que incide também nas reflexões realizadas pelas categorias profissionais que são chamadas a repensar sobre seus fundamentos teóricos, políticos e éticos, inclusive as assistentes sociais.

O Movimento de Reconceituação (1965 – 1975), é impulsionado pelo fortalecimento das lutas sociais não só em território brasileiro, mas em virtude de diversas mobilizações e dinâmicas sociais que se instauram na América Latina e Caribe. O contexto de ditadura militar-empresarial que favorecia a classe dominante e o grande capital, forjaram as bases de contestação da classe trabalhadora que aliada a entidades da sociedade civil, somaram esforços combativos na luta pela democratização do país. O movimento de reconceituação demarca um momento de expressivo questionamento da categoria profissional no que tange seus fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos técnico-operativos, bases teóricas e consequentemente a formação acadêmica.

Segundo Iamamoto, entre as principais preocupações do movimento de reconceituação, destacam-se:

[...] o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social”. Tais preocupações canalizam-se para a reestruturação da formação profissional que articule ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (IAMAMOTO, apud IAMAMOTO, 2019, p.446).

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), também conhecido como “Congresso da Virada” é um marco simbólico no interior da profissão, pois se constitui na primeira manifestação coletiva da categoria profissional contra o regime da ditadura militar-empresarial e em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora. A ruptura com as bases conservadoras em detrimento da defesa dos interesses da classe trabalhadora não é um processo que acontece de maneira ordenada, se trata de um movimento transitório e gradativo que contou com o auxílio de diversos segmentos da sociedade civil.

A aproximação com a teoria marxista por si só não garantiu o rompimento com as práticas desenvolvimentistas e positivistas. A trajetória histórica de desenvolvimento crítico da categoria profissional é permeada de conflitos, tensionamentos, retrocessos e avanços. É apenas ao final da década de 1980 que o projeto ético-político e de transformação societária se consolidam no interior da categoria profissional e nos diversos documentos normativos que regulamentam o exercício da profissão.

A inclusão das temáticas de gênero, raça e diversidade sexual no escopo do Serviço Social, começa-se a mobilizar, a partir da década de 1990 (OLIVEIRA, 2021), momento de consolidação do Projeto Ético Político. É fundamental enfatizar que a dinâmica que envolve a renovação teórico-metodológica e ético-política não se trata de um processo linear, tão pouco, estanque, o rompimento com o conservadorismo se traduz em um movimento continuado que se ratifica até o tempo presente.

Com a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social no ano de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a categoria profissional avança ao estruturar um currículo que fomenta uma formação crítica que considera as múltiplas determinações que constituem a

totalidade social. Para tanto, foram definidos três *Núcleos de Fundamentação*, sejam eles: *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; *Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* e *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, estes núcleos representam a articulação entre diferentes dimensões que norteiam por sua vez uma atuação prática intermediada pela teoria crítica.

Já em 2010, a constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa, em especial, do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades evidencia mais um passo calcado nos espaços de discussão coletiva da ABEPSS a partir do XII Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, que amplia o escopo de produção científica tendo como prerrogativa tais temáticas que perpassam a realidade social em sua totalidade.

A criação do GTP tem como objetivo impulsionar e dar visibilidade à produção científica com os temas de raça/etnia, gênero, sexualidade e geração, isto no âmbito da graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social. Refletir sobre a criação dos Grupos Temáticos é um passo importante para a categoria profissional como um todo, pois demonstra uma preocupação em apreender as particularidades das relações sociais no contexto do capitalismo contemporâneo.

A apreensão destas temáticas que compõe o sistema de opressão/exploração do capital não se dá de um dia para o outro nos espaços de construção coletiva do Serviço Social, segundo Cisne e Santos (2018), a diversidade sexual é um tema que não foi bem aceito por parte da categoria profissional que ainda corrobora com o pensamento conservador heterossexista, o debate sobre a sexualidade foi em grande parte destituído de legitimidade ou rotulado como menos relevante.

Segundo as autoras a discussão sobre a diversidade sexual é incorporada no domínio da profissão a partir de um conjunto de ações objetivas e subjetivas, ações estas que se desdobram desde a reivindicação por melhores condições de vida pela população LGBTQIA+ que tem seus direitos sociais historicamente negados ou violados e até mesmo pelo protagonismo de estudantes e profissionais LGBTQIA+ que questionam no interior da profissão a ausência do debate sobre a diversidade sexual.

O que é imprescindível destacar é que mesmo com todos os desafios e limites que ainda se mostram presentes na atualidade, de maneira incipiente a discussão sobre a diversidade sexual tem se inserido na produção de conhecimento

disseminada no campo do Serviço Social, isto devido a articulação de diferentes atores como estudantes e profissionais LGBTQIA+, da própria população LGBTQIA+ que busca atendimento nos serviços e políticas públicas ofertadas pelo estado e do envolvimento de entidades da categoria profissional (CFESS, CRESS, ENPESS, ENESSO, CBAS) e movimentos sociais que corroboram com as pautas deste grupo social em defesa dos direitos sociais e humanos.

No que se refere ao debate voltado a questão racial no domínio do Serviço Social, de acordo com Moreira (2020), a trajetória histórica de lutas sociais que ocorrem no bojo do período de redemocratização do país somado as transformações que acontecem no interior da profissão a partir do “Congresso da Virada” – (VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido em 1979), estimulam o protagonismo de assistentes sociais negras que a partir desse momento apresentam seus estudos científicos e teses com aprofundamento acerca das condições vivenciadas pela população negra e sobre a importância dessa abordagem no âmbito de formação profissional do curso de Serviço Social.

Assim como a temática da diversidade sexual, a apreensão do debate racial se dá de maneira secundarizada ou como um recorte da questão social, ou seja, a reflexão não avança de imediato na compreensão do racismo como fundamento estrutural e funcional das relações sociais que se constituem no modo de produção capitalista.

Na atualidade ainda permanecem desafios e lacunas importantes sobre a discussão deste tema, no entanto, na contramão de um pensamento conservador e conformador das desigualdades sociais, estudantes e profissionais negros fortalecem a luta social antirracista reconhecendo a necessidade da ampliação de políticas afirmativas, pois em grande medida a presença desta população nas universidades públicas foi alargada a partir desta iniciativa.

Mesmo assim, é importante refletir que a presença da população negra na universidade pública não encerra as disputas e tensões políticas existentes neste espaço, afinal de contas, sem uma formação crítica que aponte a importância da luta antirracista, a reprodução do conservadorismo é quase que inevitável:

É importante destacar que esse debate e a construção de uma formação e trabalho profissional antirracistas, permanecem em aberto na categoria e também se coloca enquanto um campo de disputa. Mas, especialmente nos últimos tempos, a profissão tem avançado significativamente no reconhecimento de que a questão étnico-racial foi historicamente invisibilizada e que isso demanda reconstruir o caminho de nossas análises,



tendo como viés analítico a indissociabilidade entre as lutas antirracista, anticapitalista e também antissexista. (MOREIRA, 2020, p. 97)

Conforme destacado acima, a luta antirracista é indissociável da luta anticapitalista e antiheterossexista, refletir sobre como estes sistemas de opressão se articulam e incidem sobre a realidade concreta é basilar, visto que tais condições incidem não somente sobre a perspectiva teórica, mas também na formação de profissionais críticos que não restringem suas intervenções a uma análise do perfil socioeconômico dos usuários.

É indispensável ressaltar que a compreensão da questão racial como estrutural e estruturante das relações sociais não destitui a centralidade da categoria classe e do papel do marxismo no que tange a apreensão da realidade social numa perspectiva crítica dialética, mas restringir as reflexões no campo do Serviço Social a esfera econômica e ao determinismo histórico é caminhar na direção contrária ao que postula o projeto ético-político da profissão, ao passo que desconsidera como as opressões/explorações de gênero, raça, classe, sexualidade e geração se articulam no cotidiano de nossa sociedade.

De maneira geral, é notável e significativo o esforço que a categoria profissional, órgãos colegiados e estudantes tem realizado com o intuito de aprofundar os debates e discussões que versam sobre as temáticas de raça, gênero, sexualidade e geração, as campanhas organizadas pelo CFESS, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), as teses e estudos apresentados nos CBAS e a efetiva criação do GTP - Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidade no ano de 2010, ratificam o comprometimento das assistentes sociais com a defesa intransigente dos direitos humanos e o enfrentamento a todas as formas de preconceitos ou discriminações.

Mesmo com a criação de um GTP específico para fomentar as discussões, estudos científicos e teses sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia e sexualidades, ao realizar um balanço geral das produções com estas abordagens, nota-se que a categoria gênero alavancou um aumento expressivo se comparada as categorias de raça e sexualidade:

[...] observou-se a consolidação da ênfase acerca das produções em gênero, que tiveram expressivo salto de quantidade de trabalhos nos últimos eventos, bem como no campo das produções científicas na forma de artigos em periódicos, dissertações e teses. No entanto, sobre os estudos de sexualidades, como das relações étnico-raciais, apesar de ter expressivos

trabalhos nos últimos eventos, bem como as produções científicas na área, não acompanharam como a da ênfase em gênero. O que demonstra ainda uma falta de investimento da categoria e da área profissional na formação acadêmica, em particular, em disciplinas de graduação e pós-graduação, como em pesquisas e produções científicas. Além da ausência de estudos interseccionais dessas três ênfases, articulando gênero, sexualidade e raça. (EURICO et al., 2021, p.307)

Outro aspecto fundamental que foi discutido no início deste capítulo se refere à interseccionalidade existente entre as categorias raça, gênero e sexualidade, para além de pensar o aprofundamento teórico sobre estes temas de maneira unitária, se faz urgente a compreensão de suas articulações interseccionais. Ora, conforme exemplificado anteriormente, no contexto das relações sociais não há uma separação das avenidas que inter cruzam o racismo e o heterossexismo, do mesmo modo, as demandas apresentadas pela população negra LGBTQIA+ no âmbito de atuação do Serviço Social não podem ser segmentadas, aspecto que exige a apreensão das interconexões entre os sistemas de opressão/exploração.

Contudo, ao considerar o contexto atual de recrudescimento do conservadorismo, de intensificação das condições de precarização da classe trabalhadora e de constante violação de direitos relacionados aos corpos dissidentes, é imperativo a categoria profissional de assistentes sociais que reflita sobre o compromisso assumido no projeto ético-político em defesa dos direitos humanos e o enfrentamento a todas as formas de preconceito que devem refletir tanto na produção teórica quanto na intervenção prática.

## CAPÍTULO 3. – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3.1 – Percurso Metodológico

Esta pesquisa se caracteriza como documental exploratória de caráter qualitativo, a fonte de dados definida para o levantamento dos artigos científicos foi a *Revista Temporalis*, pois se trata de veículo de comunicação com reconhecimento no campo do Serviço Social brasileiro, uma vez que sua edição é realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Como informa Prates (2013, 2017), a *Temporalis*, embora não esteja vinculada à um programa de pós-graduação é “de fundamental importância para a veiculação das pesquisas e demais produções do conjunto da área e, como já mencionado anteriormente, foram fundamentais no processo de amadurecimento teórico da profissão”. A *Temporalis* é criada em 2000, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na qual o tema abordado nas edições das revistas, estejam estruturados pelas áreas temáticas dos Grupos de Trabalho e Pesquisa (GTP's).<sup>3</sup>

A presente pesquisa foi elaborada com base no método materialista histórico-dialético e considerou a perspectiva da interseccionalidade como ferramenta analítica que permite evidenciar a relação indissociável entre as opressões de raça e sexualidade.

De acordo com Netto (2011), o método de pesquisa desenvolvido por Marx revela que os fenômenos sociais se apresentam de maneira aparente na realidade, não sendo possível compreendê-los sem buscar sua essência e identificar as estruturas concretas que o sustentam. A escolha da interseccionalidade como ferramenta analítica tem origem na dimensão política que o conceito carrega e toda a potencialidade de resistência e enfrentamento protagonizada por mulheres negras num contexto de violência e violação de direitos.

Assim, entende-se que esse conceito, permite evidenciar como a imbricação entre raça e sexualidade incidem diretamente na experiência de pessoas negras LGBTQIA+. Aliado a isto, é fundamental ratificar essa categoria como potencialidade

---

<sup>3</sup> Os GTP's são organizados nas seguintes áreas temáticas: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Geração e Classes Sociais

acadêmica para aprimorar o processo de formação em Serviço Social, já que as interconexões, são sedimentadas, nas expressões da questão social. E por fim, ratificar que espaço acadêmico é forjado por disputas conceituais que muitas vezes invisibilizam a produção intelectual de pessoas pretas, sendo a interseccionalidade uma ferramenta intelectual das mulheres negras (COLLINS, 2021) As etapas que constituem o desenvolvimento desta pesquisa são as seguintes:

- Levantamento bibliográfico sobre os conceitos: Interseccionalidade, Racismo Estrutural, Democracia Racial, Diversidade Sexual e Serviço Social no contexto das relações sociais no Brasil.
- Seleção de artigos publicados na Revista eletrônica Temporalis entre janeiro de 2010 e setembro de 2022, a consulta foi realizada a partir da indicação das seguintes palavras-chaves: raça, racismo, LGBT, sexualidade, diversidade sexual, raça e sexualidade e interseccionalidade; A pesquisa tomou como fundamento a criação do GTP de “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” como marco importante para a pesquisa, tendo em vista o impulso a reflexão teórica-metodológica, que o GTP proporciona a categoria profissional, no âmbito do debate sobre os fundamentos profissionais e os fundamentos da questão social. É fruto desse constructo que é elaborada as edições da Revistas Temporalis Volume 14, nº 27 e 28 com as temáticas do GTP, desencadeando reflexões sobre a temática no âmbito da formação e exercício profissional; bem como a aprovação do Documento que indica a obrigatoriedade de Disciplinas nos currículos de Serviço Social com a temática do GTP no ENPESS de 2014 em Natal – RN. Marcos importantes e significativos para o avanço do debate da interseccionalidade no interior da profissão.
- Os artigos científicos que retornaram a partir da busca realizada com a indicação das palavras-chaves foram registrados em uma planilha em formato Excel, o instrumental em questão foi dividido com diferentes abas intituladas com as palavras-chaves definidas e suas colunas foram separadas com a descrição do título do artigo, nome de autores, data de publicação e número da edição. Após inserir os dados de cada artigo na planilha, partiu-se para a leitura

dos resumos a fim de identificar e analisar quais das produções se aproximavam do objetivo desta pesquisa, ou seja, que utilizavam a perspectiva interseccional como uma categoria ou ferramenta analítica para evidenciar a relação entre a questão racial e sexualidade;

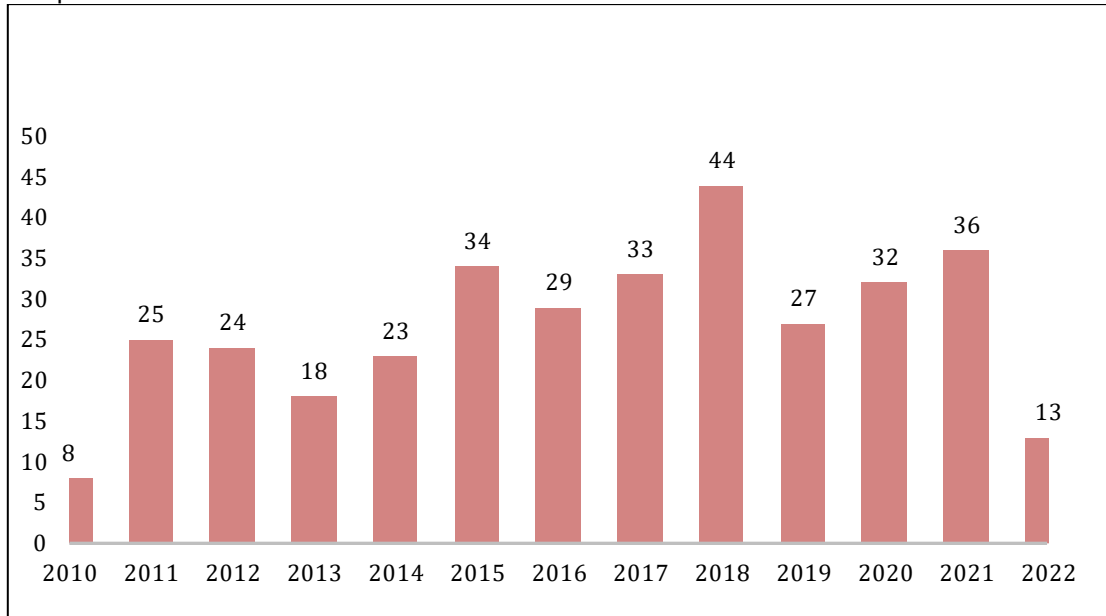
- Elaboração de gráficos e tabelas com a apresentação dos dados encontrados;
- Análise dos dados obtidos com o intuito de problematizar se há ou não no campo do Serviço Social o debate interseccional entre as categorias raça e sexualidade, tal reflexão evidencia os limites e desafios relacionados a esta temática no âmbito de formação crítica e suas implicações no escopo de intervenção prática.

### 3.2 – Análise e discussão dos resultados

O capítulo em questão tem como objetivo apresentar a análise realizada com base nos arquivos eletrônicos que estão disponíveis para consulta e leitura no site da *Revista Temporalis*. A revista foi desenvolvida no ano 2000 com o intuito de publicizar produções científicas que fazem referência a temas da atualidade e que tem relevância para o campo de conhecimento do Serviço Social brasileiro. Embora a revista tenha sido criada em 2000, a primeira publicação localizada no campo “*Seção Temática - v.10 n.20*” data de dezembro/2010, decorridos 10 (dez) anos desde o surgimento da revista. É necessário delimitar que esta pesquisa restringiu a sistematização dos dados aos documentos constantes na “*Seção Temática*” e na seção de “*Artigos de Temas Livres*”, não foram considerados outros documentos, expedientes, debates, ensaios ou entrevistas.

Os artigos científicos são divulgados semestralmente e o período demarcado nesta análise se inscreve entre 2010 e 2022, da consulta realizada retornaram o total de 346 (trezentos e quarenta e seis) produções com as mais diversas temáticas, vejamos o Gráfico 1 com a descrição quantitativa dos documentos publicados em cada ano:

**Gráfico 1** – Descrição quantitativa dos artigos científicos publicados entre 2010 e 2022 na Revista *Temporalis*



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observa-se que a média geral de arquivos publicados é de 27 (vinte e sete), os anos de 2010 e 2022 são os que possuem menor quantidade de trabalhos publicados, sendo importante esclarecer que a contagem relacionada ao ano de 2022 se refere apenas ao primeiro semestre. O ano de 2018 se destaca com o maior acervo, são 44 produções, o que representa 13% do total de artigos científicos publicizados na revista.

A montagem do instrumental foi composta pelo título do artigo, nome de autores, data de publicação e número da edição da revista. O total de títulos encontrados com a consulta efetuada a partir das palavras-chaves (*raça, racismo, LGBT, sexualidade, diversidade sexual, raça e sexualidade e interseccionalidade*) foram de 45 artigos, após tratar os dados e retirar os itens duplicados, chegou-se ao total de 31 produções. A Tabela 1 mostra a quantidade de artigos encontrados de acordo com as temáticas:

**Tabela 1** – Quantidade de artigos por temática na Revista *Temporalis* entre os anos de 2010 e 2022

Temáticas	Quantidade de Artigos
Raça e Racismo	22
LGBT, Sexualidade, Diversidade Sexual	8
Raça e Sexualidade	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A sistematização dos dados extraídos da revista permitiu identificar que a discussão que envolve as temáticas selecionadas nesta pesquisa foi iniciada somente em 2014, a partir da publicação das edições de números 27 e 28 do volume 14, denominadas *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. O lapso temporal transcorrido desde a fundação da Revista *Temporalis* até a publicação de artigos científicos que discutem sobre as categorias raça e sexualidade demonstram que este debate foi suscitado muito recentemente.

Após finalizar o registro e organização dos dados no instrumental, tratativa que substanciou uma análise que podemos denominar de descritiva, foi dado início à leitura dos resumos dos artigos elencados por temática. Nota-se que algumas das produções que retornaram da busca pelas palavras-chaves raça e racismo não contém em seu título uma referência explícita sobre o debate racial.

Como exemplo, temos o artigo intitulado “*Mulheres Rurais e a luta pela água na América Latina*”, que pela leitura do título é possível presumir que a produção discute mais precisamente sobre a condição das mulheres que vivem na zona rural e lutam pelo acesso a água, no entanto, ao realizar a leitura do resumo, se observa que a categoria raça é citada como constituinte do sistema de dominação e exploração que incide diretamente na distribuição desigual de recursos naturais. Mesmo que o debate racial não esteja no centro da discussão, se optou por manter esta produção no acervo, pois se entende que esta categoria foi depreendida como articuladora de desigualdades sociais.

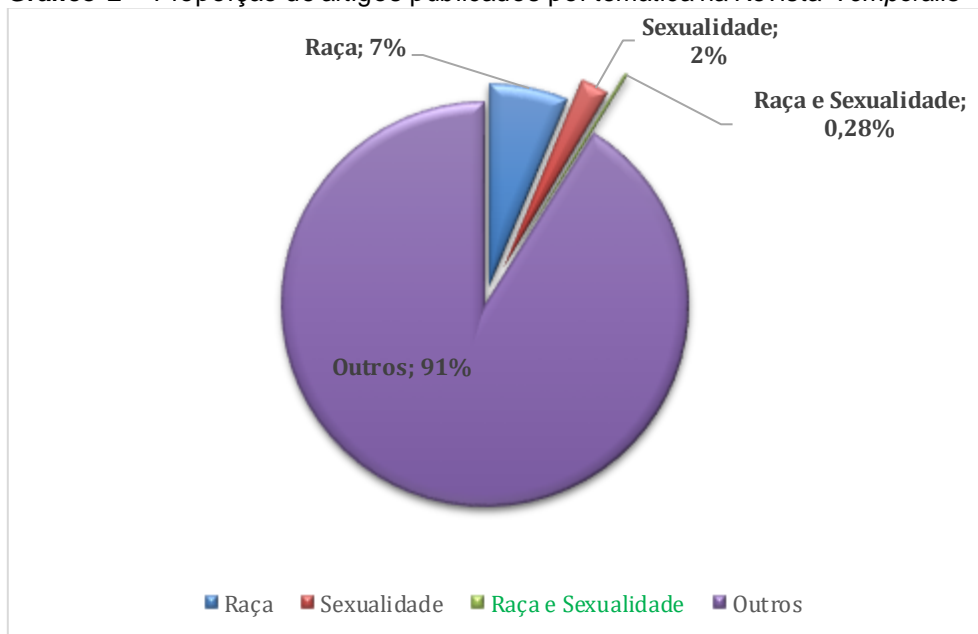
Entre as 22 (vinte e duas) produções localizadas a partir da busca realizada pelas palavras-chaves raça e racismo, encontramos artigos científicos que discutem outras intersecções, como por exemplo, racismo e mercado de trabalho, luta de classes e resistência de povos negros e indígenas, serviço social e questão racial, luta antimanicomial, racismo e avanço do conservadorismo, relações sociais de sexo, raça/etnia e classe e feminismo, raça e classe no encarceramento feminino, entre outros. A partir da leitura dos resumos dos artigos científicos, notamos que há uma diversidade de temas sendo discutidos de maneira interseccional, mesmo que entre eles não seja possível identificar a intersecção entre raça e sexualidade, não podemos

descartar o aprofundamento dos debates que tem se desenvolvido no âmbito da produção científica do Serviço Social.

No tocante aos artigos localizados com as temáticas diversidade sexual, LGBTQIA+ e sexualidade, que somam o total de oito produções, foi identificado pela leitura de seus resumos que as discussões também concentram uma variedade de conteúdos, entre eles podemos destacar: o acesso a políticas públicas na área de saúde e assistência social, envelhecimento da população homossexual, relação do Serviço Social com a população LGBTQIA+ em um contexto ultraconservador e pandêmico, entre outros. O que se pôde inferir é que as produções com a temática diversidade sexual e sexualidades ainda são incipientes, ora, diante de um total de 346 artigos científicos publicados na revista, localizamos apenas 8 produções para a temática em questão, o que demonstra e em certa medida confirma sobre a ausência e invisibilidade deste debate nas produções da Revista *Temporalis*.

Não obstante, ao relacionar a proporção de artigos selecionados pelas temáticas raça e sexualidade e confrontá-los ao total geral de artigos publicados na Revista *Temporalis* entre os anos 2010 e 2022, identifiquei que tais produções representam apenas 8,28%, vejamos o Gráfico 2 que apresenta esta informação com mais detalhes.

**Gráfico 2** – Proporção de artigos publicados por temática na Revista *Temporalis*



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De maneira geral, ainda que a proporção de artigos temáticos não represente um número expressivo quando comparado ao total de publicações da revista, a leitura



dos resumos destas produções permitiu uma aproximação com diferentes temas e perspectivas de análise que ao abordar sobre as categorias raça, gênero e sexualidade, corroboram para um aprofundamento da dimensão teórico crítica inerente à profissão.

No que se refere ao objetivo central deste estudo, ou seja, o de analisar se a produção do conhecimento no campo do Serviço Social tem considerado a interseccionalidade entre raça e sexualidade, foi localizado um único artigo que utiliza da categoria interseccional e considera a relação intrínseca entre estes eixos de opressão.

O trabalho em questão foi divulgado no site da revista em 30/08/2014 sob o título “*Violências, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas*”, o autor desta produção é o Dr. Guilherme Gomes Ferreira, assistente social formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O autor se propõe a analisar a experiência de travestis que cumprem pena em uma unidade prisional masculina de Porto Alegre. O feminismo interseccional, a criminologia crítica e o método materialista histórico são as perspectivas definidas pelo autor para demonstrar que estes corpos são mais facilmente selecionáveis pelo sistema prisional brasileiro.

Ao enfatizar a intersecção entre raça/etnia, identidade de gênero, classe e sexualidade o autor afirma que a experiência das travestis encarceradas é distinta das demais pessoas aprisionadas, pois a violência e discriminação direcionada a seus corpos não se dá somente por um destes marcadores sociais, mas sim, pela articulação entre todos eles. Vejamos um trecho de sua argumentação que consolida esta reflexão

Quando uma travesti é discriminada em um estabelecimento público, por exemplo, essa discriminação não tem relação somente com uma identidade de gênero que foge dos padrões do sistema binário de sexo/gênero (porque são identidades que borram as fronteiras daquilo que a sociedade considera “masculino” ou “feminino”), como também, muitas vezes, é violência contra sua raça/etnia, além de certamente ter sua raiz na discriminação como relação à estética/cultura da travesti, baseada numa cultura popular formada por aspectos ambíguos constitutivos do projeto de cultura dos dominados e reinterpretativos da cultura dominante (FERREIRA; 2014, p.108)

A interseccionalidade aparece no trabalho do autor como uma categoria analítica, e, embora no resumo do artigo essa perspectiva apareça como fundamentada no feminismo interseccional, a fundamentação da categoria, não se dá

pelas autoras do feminismo negro, nem aprofunda a categoria no contexto histórico de elaboração do conceito. Mas, utiliza como referência a autora Adriana Piscitelli, antropóloga que possui experiência na área de pesquisa de sexualidades e direitos humanos. A fim de justificar que a interseccionalidade não propõe uma hierarquia de opressões, o estudo cita um dos trabalhos da escritora nova iorquina Audre Lorde, feminista negra e lésbica. Reconhece-se que Lorde, trabalha a perspectiva da interseccionalidade em seus textos, mas nesse, ao qual o autor se ampara, Lorde não localiza a interseccionalidade como categoria de análise.

O que se pode tecer provisoriamente como resultado desta análise das produções científicas veiculadas pela Revista *Temporalis* é que o debate sobre raça/etnia, gênero e sexualidades foi iniciado muito recentemente em suas postulações, mesmo com a criação do GTP Serviço Social, *Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades* em 2010, a proporção de trabalhos publicizados com estes temas tem pouca representatividade quando comparamos com a quantidade total de artigos científicos veiculados pela revista. Aliado a isto, a existência de uma única produção que busca refletir, com aporte da categoria interseccionalidade, a relação entre raça e sexualidade denota de maneira expressiva a ausência desta discussão na agenda teórica do Serviço Social.

Diante de um cenário social desafiador e de intenso retrocesso no campo dos direitos sociais, não se pode uniformizar ou homogeneizar as experiências sociais dos grupos que vivem à margem, em especial, da população negra LGBTQIA+ que historicamente sofre com a discriminação, violência e exploração da classe dominante.

Ao considerar a importância do conhecimento crítico no campo de atuação das assistentes sociais, propõe-se que a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica que consiga romper com os desafios teóricos e políticos a fim de articular a totalidade social presente entre os eixos raça e sexualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe a discussão sobre a interseccionalidade presente entre as categorias raça e sexualidade na dinâmica de formação sócio-histórica brasileira e suas incidências na experiência social de pessoas negras LGBTQIA+. A articulação entre raça e sexualidade foi problematizada centralmente no âmbito de formação teórica e política do Serviço Social brasileiro, tendo em vista que se trata de uma categoria profissional que faz parte da classe trabalhadora e intervém de maneira prática na questão social vivenciada por esta parte da população.

Parte-se da compreensão de que a raça e a sexualidade são expressões da questão social e constituem as bases estruturantes da sociabilidade constituída no modo de produção capitalista. Portanto, refletir sobre o racismo e LGBTQIA+fobia na formação histórica, social, cultural, econômica e política brasileira se mostra urgente na medida em que o conservadorismo e neoliberalismo avançam e intensificam as violências e violações aos direitos deste público.

A partir do estudo realizado com base nas publicações de artigos científicos na Revista *Temporalis*, buscou-se identificar de que formas as produções no âmbito do Serviço Social tem incorporado a interseccionalidade entre raça e sexualidade em seu arcabouço teórico, sobretudo, entre os anos de 2010 e 2022. Os resultados encontrados demonstram primeiramente um lapso temporal entre o período de criação deste veículo de comunicação (ano 2000), até o início de publicações que desenvolvem as temáticas da questão racial e diversidade sexual.

Com relação a abordagem interseccional que considera a articulação indissociável entre raça e sexualidade, o cenário é ainda mais preocupante, visto que em um total de 346 (trezentos e quarenta e seis) produções publicizadas, apenas um artigo científico publicado no ano de 2014, utiliza da categoria interseccional para demonstrar a ação mútua dos eixos de dominação e exploração baseados no racismo e LGBTQIA+fobia.

É necessário ressaltar o papel fundamental dos estudantes e assistentes sociais negras e da comunidade LGBTQIA+ que durante a trajetória de amadurecimento teórico tensionaram as bases conservadoras do interior da profissão a fim de questionar a ausência do debate sobre as categorias em questão. Mesmo com a implementação das Diretrizes Curriculares (1996), adoção de um projeto ético-político emancipatório e implementação de um Grupo Temático específico para

fomentar as discussões sobre Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, observa-se que o debate sobre a questão racial permanece secundarizado e por vezes visto como um recorte das expressões da questão social.

Já em relação à diversidade sexual, entende-se que as lacunas presentes no arcabouço teórico de formação em Serviço Social em relação a este tema devem-se inicialmente à resistência por parte da categoria profissional que corrobora com uma visão conservadora que reafirma a cisheteronormatividade como compulsória e padrão civilizatório. A incorporação desta temática é limitada e constantemente relegada a um lugar de menor relevância no âmbito da profissão.

Na medida em que as desigualdades sociais ganham novos contornos na contemporaneidade, os desafios para a atuação profissional das assistentes sociais também se intensificam, tal situação exige da categoria profissional uma leitura crítica permanente que não seja restrita a uma análise do perfil socioeconômico dos usuários, mas que considere a questão social como multideterminada e estruturada a partir de diferentes marcadores sociais como a raça, gênero, classe, sexualidade, geração, território e etc.

A capacitação das profissionais e a inserção do debate interseccional entre raça e sexualidade pelos órgãos colegiados e demais entidades que adensam a produção de conhecimento no domínio do Serviço Social mostra-se como alternativa que pode viabilizar a ampliação e amadurecimento destes temas no interior da profissão. A efetiva instituição de disciplinas curriculares obrigatórias nos cursos de graduação que abordam sobre estes temas é outra tratativa basilar que incide diretamente na formação de futuros profissionais na área.

Diante do que foi exposto, ratifica-se a centralidade do projeto ético-político da profissão não só como premissa para a atuação prática das assistentes sociais, mas inerente à agenda de estudos e produção de conhecimento teórico. A defesa de uma sociedade antirracista, anticapitalista e anticisheterossexista representa a reafirmação do projeto profissional e o aprofundamento sobre estas temáticas é urgente.

Assim como Netto (2011, p.26), concordamos com a proposição de que “no domínio científico, toda conclusão é sempre provisória”. Esta pesquisa está longe de abarcar toda complexidade relacionada ao tema aqui discutido, as contradições que conformam a realidade social são dinâmicas, mas espera-se que a discussão aqui

suscitada sirva de mola propulsora para a continuidade deste debate nos mais diversos espaços sociais.

Contudo, há uma série de mudanças a serem realizadas no contexto de formação crítica no âmbito do Serviço Social, a fim de que tais transformações sejam iniciadas, é propositivo que os espaços acadêmicos reconheçam a necessidade de aprofundamento das temáticas de raça, sexualidade, gênero, pessoas com deficiência, entre outros temas, considerando as articulações mútuas e simultâneas existentes entre tais categorias.

Aliado a todo esse processo, se torna crucial que a luta social e política no enfrentamento das violências e violações de direitos da comunidade LGBTQIA+ negra conte com a participação coletiva de movimentos sociais, estudantes, profissionais da área de saúde, educação, assistência social, segurança pública e demais áreas envolvidas na mediação das políticas públicas. A superação dos preconceitos e discriminações exigem ações estratégicas não só da sociedade civil, mas também, das instituições públicas e privadas.

A defesa da diversidade sexual e racial, o enfrentamento de todas as formas de preconceito, a defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com um projeto societário emancipatório que tem a liberdade como valor ético central representam as premissas fundamentais do agir profissional das assistentes sociais e a proposição desta pesquisa caminha na direção de reafirmar os princípios fundamentais de um projeto ético-político construído a partir da luta social e política que conta com a participação coletiva de diferentes segmentos da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABEPSS, A. GTP em Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 233–241, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978>>. Acesso em: Out. 2022.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. *Feminismos Plurais* Coordenação Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, Fernanda. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. *Três Pontos*, Minas Gerais, v. 13, n. 1, p. 12 – 20, Abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386> Acesso em: Set.2022.

BENEVIDES, Bruna. Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)> Acesso em: Out. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Revista estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. et al Atlas da violência 2021. São Paulo: IPEA-FBSP, 2021.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 8. São Paulo: Cortez, 2018.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DANTAS, B.; MONTEIRO, M. Intenção de Ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social: relevância histórica na atualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: 2019. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1696/1657>. Acesso em: Out. 2022.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, G. G. Violência, interseccionalidades e seletividade penal na experiência de travestis presas. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 99–117, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7359>>. Acesso em: Set. 2022.

FORNAZIER MOREIRA, T. W. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 83-100, 2021. DOI: 10.47208/sd.v27i1.2812. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2812>>. Acesso em: Out. 2022.

GOES, Emanuelle. Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes. In: *Blogueiras Negras*. 2019. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/interseccionalidade-no-brasil-revisitando-as-que-vieram-antes/>. Acesso em: Out.2022.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980.

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades; EURICO, M. C. .; ALMEIDA, J. P. de .; DINIZ, M. I.; DUARTE, M. J. de O.; SILVA, A. P. P. da; MACHADO, L. M. de O.; PASSOS, R. G.; SILVA , R. P. da; MARTINS, T. C. S. Formação em Serviço Social: Relações Patriarcais de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>>. Acesso em: Out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.136, p. 439-461, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RJ3mPJjQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: Out. 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. In: A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. 1999.

MOREIRA, A.; OLIVEIRA, M. Formação profissional e conservadorismo: uma análise a partir dos/as estudantes do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará. *Temporalis*, v. 19, n. 37, p. 151–171, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19723>. Acesso em: Out. 2022.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



OLIVEIRA, Rayane. Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. 229 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, Valdenízia B. Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica da abjeção de corpos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16. Vitória. Anais Eletrônicos. Vitória, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23589>>. Acesso em: Set. 2022.

PEREIRA, B. C. J. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. Civitas: revista de Ciências Sociais, Brasília, v. 21, n. 3, p. 445-454, Dez. 2021.

PRATES, Jane. A produção de conhecimentos e contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. Textos & Contextos, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321529409001>. Acesso em: Out. 2022.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e a Proeminência das Desigualdades Antagonizadas. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 31–43, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36849>. Acesso em: 10 out. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Rolf Malungo Ribeiro de. As representações do homem negro e suas consequências. Revista Fórum Identidades, 6 (6): 98-115, 2009.

WERNECK, J., SILVA, N. I. Dossiê: A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações. Rio de Janeiro: Criola, 2016.